



Senado aprova projetos que ampliam Lei Maria da Penha

Apreensão imediata de arma em posse de agressor e divórcio mais fácil para vítima de violência foram aprovados pelos senadores para marcar os 13 anos de vigência da lei

Roque de Sá/Agência Senado



Davi Alcolumbre, entre Rose de Freitas e Soraya Thronicke: o presidente do Senado destacou a importância dos projetos aprovados para as mulheres brasileiras

O Plenário aprovou ontem dois projetos que ampliam a prevenção à violência doméstica. O primeiro prevê a apreensão imediata de arma de fogo em posse do agressor e segue para sanção. O outro assegura prioridade nos processos de separação ou divórcio à mulher vítima de violência e volta para a Câmara.

Ainda ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou os senadores que vão integrar a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher no biênio 2019-2020. A senadora Zenaide Maia será indicada para presidi-la. **3**

Reforma da Previdência pode ir hoje para a CCJ

Com a conclusão da análise em segundo turno da reforma da Previdência ontem pela Câmara, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que, assim que chegar à Casa, a proposta será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça. A expectativa é que o texto seja enviado hoje ao Senado. **2**

Ministro defende mudança no Fundo Amazônia

Em debate nas Comissões de Meio Ambiente e de Transparência, Fiscalização e Controle, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendeu mudanças no Fundo Amazônia para que os recursos possam financiar projetos em sintonia com as políticas do governo federal. **4**

Volta à Câmara texto sobre direitos dos animais

O Plenário aprovou ontem o projeto de lei que cria o regime jurídico especial para os animais. Pelo texto, os animais não poderão mais ser considerados objetos. Como foi modificada no Senado, o projeto retorna para a Câmara. O texto reconhece que os animais são dotados de natureza biológica e emocional e, por isso, passíveis de sofrimento. **3**



Ativistas Luisa Mell e Alexia Dechamps, o relator, Randolphe, e deputado Ricardo Izar

Roque de Sá/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Simone Tebet comandou a reunião da CCJ, que ontem aprovou quatro projetos

Projeto dá prazo maior para contribuinte quitar dívida federal

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto de José Serra que dá prazo maior para o contribuinte quitar débitos com a União

antes de ser inscrito na dívida ativa. Relatada por Esperidião Amin, a proposta segue para a Câmara se não houver recurso para análise do Plenário. **3**

CFM poderá fazer avaliação de cursos de medicina

Projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais prevê que o Conselho Federal de Medicina

participará da avaliação dos cursos de graduação de medicina, instituída pelo Programa Mais Médicos.

Aprovada em turno suplementar, a proposta, relatada por Marcelo Castro, deverá seguir para a Câmara. **4**



Presidida por Romário, a comissão também aprovou atendimento prioritário a idosos de acordo com faixa etária

Carvalho/Magalhaes/Agência Senado

Nova Previdência deve chegar hoje à CCJ, diz Davi

Proposta foi aprovada ontem pela Câmara dos Deputados, em segundo turno. Intenção é estabelecer um cronograma de debates de até 65 dias sobre o texto, que deve ter Tasso Jereissati como relator

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que pretende encaminhar a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) assim que receber o projeto da Câmara dos Deputados. A expectativa é que o texto, cuja votação em segundo turno foi concluída na noite de ontem pelos deputados, seja encaminhado hoje ao Senado.

Segundo Davi, a ideia é que a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), e Tasso

Jereissati (PSDB-CE) — que deve ser o relator —, acertem um cronograma mínimo de debates sobre a reforma. O presidente afirmou que todos os líderes terão direito a sugerir audiências e opinar sobre o calendário da tramitação, sempre respeitando o Regimento Interno.

— Não é bom estabelecer um prazo, mas dentro desse cronograma teremos entre 45 e 65 dias para debater — declarou Davi.

O presidente também admitiu a apresentação de uma

PEC paralela, que aproveitaria o texto aprovado pela Câmara e incluiria outros pontos na reforma da Previdência.

— Essa PEC paralela se daria a partir de um destaque apresentado em Plenário. O Senado está comprometido em fazer uma reforma única, que atenda União, estados e municípios — explicou.

Davi disse ainda que deve pautar para a próxima semana a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, que deve ser analisada hoje pela CMO.

Veneziano espera que reforma da Previdência seja bem debatida no Senado

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) disse ontem esperar que a reforma da Previdência (PEC 6/2019) seja debatida sem precipitações no Senado. Para ele, é uma proposta que vai atingir todos os 210 milhões de brasileiros de forma direta



ou indireta. — Até porque nós próprios parlamentares estamos a nos debruçar sobre essas propostas modificadoras nesse instante, a grande massa da população brasileira não tem a compreensão exata do que está por vir.

Reguffe celebra inclusão na pauta de PEC que proíbe tributação de remédios no país

Um dos itens que mais impactam o orçamento das famílias, os medicamentos podem ter a tributação zerada. Atento a isso, Reguffe (sem partido-DF) comemorou ontem a decisão da Presidência da Casa de pautar a Proposta de Emenda



à Constituição (PEC 2/2015), dele, que proíbe a tributação de remédios no Brasil. — Ninguém compra um remédio porque quer, a pessoa compra porque precisa dele para a sua saúde. Os preços dos remédios no Brasil são caríssimos.

Jaques Wagner destaca grande apoio em reunião com presidente do STF sobre Lula

Jaques Wagner (PT-BA) relatou ontem a visita que um grupo expressivo de deputados e senadores fez ontem ao presidente do STF, ministro Dias Toffoli. Segundo ele, parlamentares de vários partidos protestaram contra a decisão da juíza de execu-



ção penal da 13ª Vara de Curitiba, Carolina Lebbo, de transferir o ex-presidente Lula para um presídio de Tremembé, em São Paulo. O pedido para a reunião partiu do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. O STF suspendeu a transferência.

Vai à Câmara avaliação de curso de medicina pelo CFM

O Conselho Federal de Medicina (CFM) deverá participar da avaliação dos cursos de graduação em medicina, instituída pelo Programa Mais Médicos. A previsão faz parte do substitutivo do senador Marcelo Castro (MDB-PI) ao PLS 312/2015, do ex-senador Cássio Cunha Lima, aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ontem também, a CAS

aprovou texto que autoriza o empregador a antecipar o pagamento do salário-maternidade a empregada segurada da Previdência que adotar ou obtiver a guarda judicial de uma criança para fins de adoção (PLS 142/2016). O autor é Telmário Mota (Pros-RR) e a relatora, Leila Barros (PSB-DF).

Passou ainda na CAS proposta de Simone Tebet (MDB-MS) que estabelece atendimento prioritário a idosos de acordo

com a faixa etária: 60, 70 80 ou mais de 90 anos. O PLS 42/2018 foi relatado por Eduardo Girão (Podemos-CE).

A comissão aprovou também projeto que equipara direitos trabalhistas de trabalhadores terceirizados a contratados que exerçam funções idênticas em condomínios. O PLS 342/2018, do ex-senador Lindbergh Farias, foi relatado por Paulo Paim (PT-RS).

Os projetos vão à Câmara.

PEC de Kátia destina sobras de fundos a governos estaduais

Kátia Abreu (PDT-TO) anunciou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 119/2019) para permitir, por 15 anos, que um terço da verba dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste possam ser tomadas pelos governos dos estados.

— Nós temos dinheiro novo, que entra todo ano, que é um percentual do IR e do IPI, e nós temos o dinheiro de quem vai tomando emprestado e devolvendo para o banco.



Weverton critica decisão de transferir Lula para São Paulo

Weverton (PDT-MA) criticou ontem a autorização, mais tarde revertida pelo Supremo, para a transferência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva da carceragem da Polícia Federal em Curitiba para um presídio de Tremembé (SP). O único objetivo, na visão do senador, seria tripudiar a situação vivenciada por Lula. Weverton afirmou que Lula foi preso por uma manobra da oposição, que queria tirá-lo do pleito presidencial.



Transferência de Lula é retaliação, diz Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) criticou a decisão da Justiça de transferir o ex-presidente Lula da carceragem da Polícia Federal no Paraná para a Penitenciária 2 de Tremembé (SP). A decisão acabou revertida pelo Supremo.

— É uma retaliação do ministro Moro, enrolado com as denúncias em razão de crimes nos bastidores da Lava Jato. Ele e Deltan Dallagnol se colocaram no canto da parede por causa dos atos que praticaram.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CDH Veículos adaptados
9h Entre 46 itens, o PLS 195/2011, que obriga autoescolas a ter veículo adaptado para pessoas com deficiência. Às 14h, debate sobre a privatização dos Correios.

CCJ Pacote anticrime
10h Audiência para debater o projeto do pacote anticrime (PL 1.864/2019).

CMA
10h Audiência sobre o PLC 78/2017, que modifica a definição de semiárido.

CRE Romênia, Cingapura e Malásia
10h Sabatina de embaixadores indicados para Romênia, Cingapura e Malásia. Após, pauta de 8 itens.

CTFC Estatuto da Segurança Privada
10h Audiência sobre o SCD 6/2016, que institui o Estatuto da Segurança Privada.

MP 882/2019 Programa de parcerias
10h Análise do relatório.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário aprova duas propostas pelos 13 anos da Lei Maria da Penha

Apreensão imediata de arma de fogo em posse de agressor e divórcio mais fácil para vítima de violência passaram pelo crivo de senadores

EM HOMENAGEM AOS 13 anos de vigência da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), celebrados ontem, o Plenário aprovou duas medidas de aperfeiçoamento da lei, como forma de ampliar a prevenção de violência doméstica.

A primeira foi o PL 17/2019, que prevê, como medida protetiva a vítimas de violência doméstica, a apreensão imediata de arma de fogo em posse do agressor. O texto segue para sanção presidencial.

A medida pretende evitar novos atos de violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha já possibilita ao juiz suspender ou restringir a posse de arma de fogo do responsável pela agressão. Mas, com o projeto, ao ser feita a ocorrência de violência doméstica, a autoridade policial pode apreender imediatamente a arma de fogo do agressor como uma das medidas protetivas à vítima.

A procuradora da Mulher no Senado, Rose de Freitas



Humberto Costa e Leila Barros, relatora do projeto na CCJ, ouvem Zenaide Maia, que deve presidir a comissão

(Podemos-ES), defendeu a aprovação do projeto registrando que, quando os agressores têm em seu poder armas de fogo, potencializam o risco contra a vida das vítimas. O mesmo foi destacado pela relatora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Leila Barros (PSB-DF).

— Acredito que essa seja uma das várias modificações e projetos de lei que vêm agregar e fortalecer mais ainda essa lei que hoje completa 13 anos — afirmou a senadora.

O PL 17/2019 foi uma iniciativa do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) e de outros parlamentares.

O outro projeto aprovado foi o PL 510/2019, também de iniciativa da Câmara, que assegura prioridade nos processos judiciais de separação ou divórcio à mulher vítima de violência doméstica. Como foi alterado no Senado, o texto volta para a Câmara dos Deputados.

— Este dia é emblemático, mas não pode ser apenas mais um dia de comemoração de mais de um ano da lei, mas um dia de ação, de atividade e de novos marcos para que realmente nós possamos ter uma redução da violência contra a mulher na sociedade brasileira — agradeceu Eliziane Gama (Cidadania-MA).

O projeto original é de autoria do deputado federal Luiz Lima (PSL-RJ). O texto aprovado foi o substitutivo do relator, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Para Rose, lei é marco no combate à violência

Rose de Freitas (Podemos-ES) lembrou os 13 anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006),



comemorados ontem, e afirmou que a iniciativa foi um marco na luta contra a violência doméstica e familiar. De acordo com a senadora, a mudança na legislação possibilitou avanços diante de ameaças contra a mulher.

Rose destacou que muitos agressores foram condenados e outros afastados, prevenindo, assim, possíveis agressões, até mesmo fatais.

Leila Barros destaca aumento de denúncias

Leila Barros (PSB-DF) comemorou ontem os 13 anos da Lei Maria da Penha,



que prevê medidas protetivas a mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Para a senadora, a lei traz avanços e representa a diferença entre a vida e a morte de muitas vítimas. Segundo ela, em 2006, foram registradas 12 mil denúncias. Em 2018, foram 73 mil.

— É inegável que a lei motivou o aumento das denúncias de casos de violação de direitos das mulheres, o principal motivo a ser celebrado.

Formada Comissão de Combate à Violência contra Mulher

Foram designados ontem os senadores que farão parte da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) no biênio 2019-2020. Os nomes foram anunciados pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, em Plenário. A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) será indicada para presidir.

Além de Zenaide, comporão a comissão, ao lado de 11 deputados, os senadores Simone Tebet (MDB-MS), Daniella Ribeiro (PP-PB), Rose de Freitas (Podemos-ES), Leila Barros (PSB-DF), Eliziane Gama (Cidadania-MA), Nelsinho Trad (PSD-MS), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Chico Rodrigues (DEM-RR), Fabiano Conta-

rato (Rede-ES), Paulo Paim (PT-RS) e Jean Paul Prates (PT-RN).

No âmbito institucional, o Senado mantém o Programa de Assistência a Mulheres, que destina 2% das vagas de contratos de terceirizados da Casa para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica.

Projeto que dá direitos aos animais volta à Câmara

O Plenário aprovou ontem o projeto de lei que cria o regime jurídico especial para os animais. Pelo texto (PLC 27/2018), os animais não poderão mais ser considerados objetos. Como foi modificada no Senado, o projeto retorna para a Câmara.

Do deputado Ricardo Izar (PP-SP), o projeto estabelece que os animais têm natureza jurídica *sui generis*, como sujeitos de direitos despersonalizados. Eles serão reconhecidos como seres sencientes, ou seja, dotados de natureza biológica e emocional e passíveis de sofrimento.

O texto também acrescenta dispositivo à Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) para determinar que os animais não sejam mais considerados bens móveis para fins do Código Civil. Com as mudanças na legislação, os

animais ganham mais uma defesa jurídica em caso de maus-tratos.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente (CMA), destacou que a nova lei não afetará hábitos de alimentação ou práticas culturais. O senador lembrou que outros países, como França, Portugal, Nova Zelândia e Espanha já adotaram posição parecida no reconhecimento dos animais como sujeitos de direito.

Refis

Os senadores aprovaram também projeto que proíbe a exclusão de empresas adimplentes e de boa-fé do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). A regra vale mesmo que as parcelas pagas pelas pessoas jurídicas não sejam consideradas

suficientes para amortizar a dívida com a União.

O PLC 115/2018 altera a lei que regula o Refis para determinar que as pessoas jurídicas que estejam com as parcelas em dia não poderão ser excluídas do Refis, mesmo que essas parcelas mensais “sejam consideradas de pequeno valor”. O projeto determina que essas empresas “permanecerão como devedoras até o total pagamento da dívida, independentemente do número de parcelas, conforme estabelecido no acordo inicial”. O projeto retorna para análise da Câmara dos Deputados.

Foi aprovado ainda PL 2.999/2019, que autoriza o governo a antecipar o pagamento dos honorários de perícias judiciais que envolvam o INSS. O texto retorna para análise da Câmara.

Contribuinte poderá ter prazo maior para quitar dívida federal

O contribuinte em débito com a União poderá ter prazo maior para regularizar sua situação antes de receber uma cobrança executiva da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que altera o processo administrativo fiscal federal para admitir a cobrança antes da inscrição do débito na dívida ativa (PLS 467/2018). Se não houver recurso para análise em Plenário, o texto, relatado por Esperidião Amin (PP-SC), segue para a Câmara.

Também ontem, a CCJ aprovou projeto que impõe a adoção de requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) na

construção, ampliação ou reforma de presídios. O PLS 700/2015, do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) seguirá para a Câmara, se não houver recurso para análise em Plenário.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), destaca que muitos estados têm construído estruturas inadequadas para abrigar pessoas presas.

Outro projeto aprovado pela CCJ prevê que processos administrativos federais deverão ser remetidos para a decisão da autoridade imediatamente superior, caso os prazos para a resposta à demanda não sejam cumpridos. De Anastasia e relatado por Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o PLS 129/2017 seguirá para a Câmara, se não houver recurso para análise em Plenário.

Fundo tem de ser aplicado pelo governo, diz ministro

Ricardo Salles disse que a forma como são escolhidos os projetos que receberão recursos do Fundo Amazônia é questionável, pois os critérios não são objetivos e não há alinhamento com políticas públicas

O MINISTRO DO Meio Ambiente, Ricardo Salles, quer reformular a gestão do Fundo Amazônia para financiar projetos em sintonia com as políticas do governo federal. Foi o que ele disse ontem em audiência com senadores das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC).

Segundo o ministro, foram identificados problemas de governança no fundo, cuja origem ele atribui à estratégia de escolha dos projetos para receber aportes financeiros. Para Salles, não há “sinergia” entre a distribuição dos recursos do Fundo Amazônia e a agenda ambiental do Executivo.

— Esses recursos são doados ao Brasil e devem se somar às políticas públicas. É preciso haver alinhamento entre as atividades patrocinadas pelo fundo e os esforços governamentais. Não tem sentido o governo corroborar atividades



Senador Rodrigo Cunha comanda debate com o ministro Ricardo Salles

escolhidas à revelia da decisão governamental.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) disse que ONGs são beneficiárias de menos de 40% dos valores já aplicados, a maioria do dinheiro vai para projetos do setor público.

Presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES) criticou a gestão de Salles à frente do ministério. Para ele, a pasta está sendo “desconstruída” pelo atual governo, que desativou secretarias, encerrou progra-

mas e trocou especialistas ambientais por militares em cargos de direção de órgãos como Ibama e ICMBio.

Já a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que preside a Comissão de Agricultura (CRA), fez elogios à gestão do ministro, que classificou como “técnica e pragmática”. Para ela, a cobertura da questão ambiental pela mídia é enviesada e os parlamentares devem confiar nas informações fornecidas pelo governo.

Motoristas de transporte escolar criticam do excesso de exigências

Em debate ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o presidente do Sindicato dos Transportes Escolares do Distrito Federal, Nazon Simões Vilar, disse que motoristas têm enfrentado dificuldades em levar estudantes de um estado a outro. Segundo ele, condutores sofrem penalidades por não terem autorização específica.

— A remuneração é bem complicada para a gente bancar tantas taxas para adquirir novas autorizações — disse.

Ele reclamou que só foi avisado da audiência na tarde de terça-feira e que, por isso, não

compareceram representantes dos condutores de transporte escolar dos outros estados. O presidente da CDR e requerente da reunião, Izalci Lucas (PSDB-DF), também não estava presente por motivos de saúde, segundo Zenaide Maia (Pros-RN), que presidiu o debate.

Elmano Férrer (Podemos-PI) disse que o tema deve ser debatido.

— É uma verdadeira corrupção que há na contratação desses transportes escolares por muitos municípios nesse país afora. Então merece uma discussão primeiro no âmbito dos municípios.

RÁPIDAS

MP PODE DESTINAR MAIS RECURSOS PARA ESTADOS

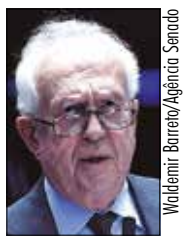
Wellington Fagundes (PL-MT) apresentou ontem o relatório à MP 882/2019, que amplia a participação do BNDES no processo de desestatização e altera o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Ele incluiu emendas para que estados e municípios tenham mais recursos para aplicar em infraestrutura.

DEPRECIÇÃO DE MÁQUINA EM PREÇO MÍNIMO VAI À CÂMARA

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou, em turno suplementar, o PL 1.284/2019, de Luis Carlos Heinze (PP-RS), que inclui a depreciação de máquinas e equipamentos no cálculo dos preços mínimos de produtos agropecuários. Relatório por Jayme Campos (DEM-MT), o texto vai para a Câmara.

Jarbas divulga Movimento Ética e Democracia

Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) divulgou ontem o Movimento Ética e Democracia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo o senador, o grupo foi criado em Pernambuco por profissionais preocupados com a situação política econômica e social.

— Foram inúmeros encontros, discussões, análises e mobilizações, sempre buscando saídas para a crise instalada no Brasil.

Marcos Rogério defende reforma da Previdência

Marcos Rogério (DEM-RO) defendeu ontem a aprovação da reforma da Previdência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para ele, o crescente índice de desemprego atrelado ao envelhecimento da população indicam que há um fenômeno político-social acontecendo.

— A expectativa é de baixa inflacionária. Há um clima de confiança na poupança fiscal, que se anuncia com a reforma da Previdência.

Zenaide Maia quer revisão de proposta vinda da Câmara

Para Zenaide Maia (Pros-RN), a reforma da Previdência é a pauta mais importante hoje no Legislativo. Por isso, segundo ela, é dever dos senadores revisar o texto que virá da Câmara dos Deputados. Entre os pontos a serem revisados, ela destaca o período de pedágio de 100% para trabalhador do setor público ou privado, enquanto, para os políticos, é de apenas 30%. Ela defende que o Senado corrija cada item da proposta, para não ser apenas um carimbador.

Impasse sobre Lei Kandir continua, reclama Anastasia

Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse ontem que, mesmo após audiência pública na



Waldemir Barreto/Agência Senado

segunda-feira no Supremo Tribunal Federal, o impasse entre estados e governo federal em torno dos repasses da Lei Kandir continua.

— Infelizmente, uma vez mais, o governo federal não apresentou uma solução adequada para o tema da Lei Kandir.

Kajuru apresenta projetos para preservar Cerrado

Jorge Kajuru (PSB-GO) apresentou ontem três projetos de lei que têm como objetivo a conservação do Cerrado. Ele afirmou que a preservação ambiental é uma das temáticas prioritárias de seu mandato e se mostrou preocupado com a crescente expansão do desmatamento na região.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kajuru lembrou que o bioma abriga as nascentes de 8 das 12 regiões hidrográficas.

ONGs usam Amazônia para lucrar, afirma Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) disse ontem que a Amazônia tem sido instrumento de



Waldemir Barreto/Agência Senado

peçoas que querem lucrar. Segundo o senador, “quase todas as ONGs são atravessadoras e mentirosas”. Plínio lembrou que foram aprovados nove projetos pelo Fundo Amazônia, dois deles para o Amazonas. Para ele, o estado não precisa de esmola, e sim, de justiça e políticas públicas.

Lasier questiona suspensão de operação da Receita

Lasier Martins (Podemos-RS) questionou ontem a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes de suspender a investigação fiscal aberta pela Receita Federal contra 133 contribuintes. Para ele, a medida foi tomada em favorecimento de alguns cidadãos, entre eles, o ministro Gilmar Mendes e sua esposa, que estão entre os alvos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rogério alerta para risco de informações obtidas pela NSA

Rogério Carvalho (PT-SE) alertou ontem para a bisbilhotagem feita pela empresa de inteligência americana (NSA). De acordo com o senador, ao deter informações privadas, a NSA pode acompanhar o desempenho dos grandes conglomerados econômicos de várias nacionalidades para dar aos Estados Unidos a supremacia no controle das informações dessas empresas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim sugere mudar texto da reforma da Previdência

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que o Senado não será “carimbador” da reforma da



Waldemir Barreto/Agência Senado

Previdência, aprovada ontem em segundo turno pela Câmara. O senador defendeu a alteração da proposta, principalmente quanto às regras de transição.

— Quem der uma olhadinha nessa proposta, vai ver que teríamos que fazer inúmeras correções.

Aeroporto não teve verbas do governo Bolsonaro, diz Otto

Otto Alencar (PSD-BA) disse que o aeroporto de Vitória da Conquista (BA) não recebeu recursos do governo do presidente Jair Bolsonaro, e sim dos governos Dilma e Temer.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O aeroporto foi inaugurado em julho por Bolsonaro, mas o governador da Bahia, Rui Costa (PT), não compareceu.

— O governo Bolsonaro não colocou R\$1 para a construção da obra.